



## **II Fórum do Interior discutiu o combate à degradação económica e social do interior**



□

A perda de juventude e de população terá repercussões devastadoras nas já débeis economias mais afastadas das grandes áreas metropolitanas, conforme foi demonstrado no II Fórum do Interior.

A segunda edição do Fórum do Interior, subordinado ao tema “Pensar e Agir para a Sustentabilidade e Viabilidade dos Territórios de Baixa Densidade”, realizou-se entre os dias 7 e 8 de novembro, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), parceira neste projeto da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Animar).

A iniciativa de dimensão nacional, participada por mais de 150 pessoas, contou com a presença de pessoas ligadas ao mundo académico, nomeadamente professores/as e investigadores/as de várias universidades (UTAD, Universidade de Aveiro, Universidade de Beira Interior, Universidade do Algarve, ISA),

jovens estudantes, autarcas, dirigentes associativos, técnicos/as de organizações – públicas e privadas que intervêm no domínio de desenvolvimento local, que debateram as principais dificuldades que se sentem atualmente nas localidades do Interior.

Ao longo dos dois dias realizaram-se grandes conferências, foram apresentadas diversas ideias e projetos, a par de uma pequena mostra de produtos locais, nomeadamente compotas, licores, chás, sabonetes de leite de burra, e alguma literatura no âmbito do desenvolvimento local, que contou com a presença da Associação de Justes e da Associação Traga Mundos.

A perda de serviços públicos, que por sua vez arrasta também os negócios, os empregos e a população local, tem condicionado o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, conduzindo-se na maioria dos casos para o envelhecimento das populações e desumanização dos territórios. O primeiro dia foi marcado pela presença do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, na sessão de abertura, que referiu que os investimentos em matéria de fundos comunitários vão ser superiores nas regiões de baixa densidade aos investimentos que tiverem lugar em outras partes do país. “Este Governo não apenas já fez promessas como já adotou medidas concretas no sentido de procurar valorizar, de forma transversal, os territórios de baixa densidade”, afirmou o ministro aos jornalistas. Segundo o Ministro, este Governo tem tido a preocupação de diferenciar positivamente o territórios, sendo exemplo disso o código fiscal de investimento também prevê majorações superiores para investimentos em territórios de baixa densidade e o regime de incentivos à comunicação social local e regional, também prevê mais apoios”.

O reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, António Fontainhas Fernandes, referiu a necessidade de “inverter a tendência de declínio”, destacando a importância dos atores locais unirem esforços e do Governo acreditar e apoiar a região.

No decorrer do segundo dia, realizaram-se quatro grupos de trabalho, a partir dos quais emergiram diversas propostas que a comissão organizadora deste Fórum gostaria de ver refletidas e integradas em futuras políticas públicas, nomeadamente:

## I. Painel “Governança, Participação e Cidadania”

1. Reconhecer o local como instância de governo / identificar os novos focos de ação política supramunicipal e municipal.
2. Valorizar a variável espaço-território para a construção de políticas territoriais integradas.
3. Pensar o território /os recursos/ os saberes/ as tradições/ os poderes.
4. Maior preocupação com a eficiência e a eficácia da participação / Resposta a problemas comuns a partir de lógicas supra-municipais.
5. Cooperação entre agentes / coordenação articulada de políticas: Empresas/ Associações /Autarquias / Agentes de poder central/ Universidades/ Pessoas.
6. Desenvolver estratégias de cidadania cognitiva e de co-produção.

## II. Painel “Economia Local numa Sociedade Global” “Há inovação nas zonas rurais”

1. A sociedade contemporânea está a ter dinâmicas que vão ter influência nas zonas rurais, pelo que há que planejar e agir olhando para o futuro.
2. Há que apostar na conjugação dos saberes: empresarial e os “saber fazer”.
3. O acesso ao conhecimento é uma questão chave para as zonas rurais. Tendo o conhecimento há que ter a capacidade de desenvolver ideias e aplicá-las na prática.
4. É importante envolver os agentes locais no planeamento das várias etapas de uma intervenção local, a qual deve ser definida prevendo a sua continuidade após o fim dos financiamentos. Deve prever uma “vida própria”.
5. O estabelecimento de parcerias entre vários atores, de diferentes entidades privadas e públicas, é essencial para atingir o sucesso de projetos.

## III. Painel “Serviços Públicos e Humanização dos Territórios”

CIM – O que é, quais os objetivos, o que tem feito?

O que é um serviço público?

O governo define como interessa o seu público e negligência a população

Princípios a que deve obedecer o serviço público: Princípio mais violado a acessibilidade, sendo exemplo disso as “Reformas”

Problemas das zonas de baixa densidade – sobretudo o despovoamento e as mudanças não auguram boas perspectivas

IV. Painei “O Papel da Agricultura Familiar na Sustentabilidade dos Territ6rios”

1. A centralidade para a problemática da agricultura familiar das formas de integraç6o no mercado.

2. Desde a coordenaç6o vertical onde as cooperativas continuam a ter um papel chave pela sua capacidade de se adaptar às condiç6es concretas da Agricultura Familiar.

3. At6 aos problemas relacionados com a inadequaç6o da PAC à realidade pequenas agriculturas do sul que conduziu ao benef6cio dos grandes proprietários desligados da produç6o face à pequena agricultura familiar.

4. Preocupaç6es relativamente à nova PAC, nomeadamente às l6gicas sobre as Ops, cuja conceç6o n6o as vocaciona para os pequenos agricultores.

5. Novo PDR desvaloriza a multifuncionalidade dos territ6rios em benef6cio de uma perspetiva produtivista da agricultura.

6. A formaç6o dos preç6s

7. Promoç6o dos mercados locais

8. O problema da fiscalidade

9. O papel das autarquias

10. A import6ncia hist6rica dos baldios para a sustentabilidade das comunidades serranas e a ameaça da nova Lei.

Fonte: Animar <http://www.animar-dl.pt/>